

---

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

---

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**LEI DAS ALTERAÇÕES DA LDO Nº 992/2019**

Lei das Alterações da LDO nº 992/2019 Em, 11 de Outubro de 2019  
Dispõe sobre as modificações de Programas e Ações Governamentais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de ITAPORANGA, para o exercício de 2020, e dá outras Providências. O PREFEITO do Município de ITAPORANGA - PB, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei: Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias relativo ao exercício de 2020, cujo procedimento administrativo, não acarretam aumento de despesa no orçamento dos exercícios vindouros por representar mera compensação de recursos (Criação, anulação e alteração), com perfeita adequação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e compatibilidade com o PPA e a LOA. Artigo 2.º - As modificações Necessárias dos Programas e Ações Governamentais constam no relatório anexado a este Projeto de Lei. Artigo 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

**DIVALDO DANTAS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Wesley Alves da Silva  
**Código Identificador:**9AF033FA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba no dia 22/10/2019. Edição 2461  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/famup/>



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR)  
E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO) AO PROJETO DE LEI DAS  
ALTERAÇÕES DA LDO Nº 26/2019**

**Parecer ao Projeto de Lei das Alterações da LDO nº 26/2019 – Dispõe Sobre as Modificações de Programas e Ações Governamentais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Itaporanga para o Exercício de 2020 e Dá Outras Providências.**

**I – Relatório**

Propositura do Executivo Municipal, submete-se a apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Itaporanga, o Projeto de Lei das Alterações da LDO nº 26/2019, que dispõe sobre as Modificações de Programas e Ações Governamentais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do município de Itaporanga para o Exercício de 2020 e dá outras providências.

**II – Parecer das Comissões**

Trata-se Projeto de Lei das Alterações da LDO nº 26/2019, que dispõe sobre as Modificações de Programas e Ações Governamentais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do município de Itaporanga para o Exercício de 2020 e dá outras providências.

Com efeito, é cediço que o Poder Executivo possui legitimidade para propositura de Projetos de Lei Orçamentárias, conforme Art. 7º, I e V, da Lei Orgânica do Município.

Urge salientar que a Comissão de Finanças e Orçamento é competente para emitir parecer referente a todos os assuntos de caráter financeiro, consoante o art. 38 do Regimento Interno da Casa Legislativa. Esta comissão verificou que o referido projeto vela pela viabilidade econômica e financeira do Município, atendendo às devidas prioridades.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

Assim, tratando-se deste assunto, com as determinações da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Casa, verificamos o devido amparo legal para o regular trâmite da propositura em análise.

A Comissão de Justiça e Redação (CJR) e a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), opinaram pela aprovação do projeto em análise, haja vista sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica-legislativa.

É o Parecer destas Comissões, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Itaporanga/PB, em 01º de Outubro de 2019.

**Romildo Rodrigues de Lima**  
Vereador Presidente da CFO

**Izabelle Brasilino Mendes de S. M.**  
Vereadora Relatora da CFO

**Judivan Custódio da Silva**  
Vereador Presidente da CJR

**Hélio Rodrigues**  
Vereador Relator da CJR

**Silvertton Soares dos Santos**  
Vereador Membro CFF e da CJR

**Marily Miguel Porcino**  
OAB/PB 19.159  
Assessora Jurídica



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR)  
E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO) AO PROJETO AO PROJETO DAS  
ALERAÇÕES DO PPA Nº 27/2019.**

**Parecer ao Projeto de Lei das Alterações do PPA nº  
27/2019 – Dispõe Sobre as Modificações de  
Programas e Ações Governamentais do Plano  
Plurianual do Município de Itaporanga-PB, Para o  
Período de 2018 a 2021, e Dá Outras Providências.**

**I – Relatório**

Propositura do Poder Executivo Municipal, submete-se a apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Itaporanga, o Projeto de Lei das Alterações do PPA nº 27/2019 que dispõe sobre as modificações de Programas e Ações Governamentais do Plano Plurianual do Município de Itaporanga-PB, para o Período de 2018 a 2021, e dá outras providências

**II – Parecer das Comissões**

Trata-se de Projeto de Lei das Alterações do PPA nº 27/2019 que dispõe sobre as modificações de Programas e Ações Governamentais do Plano Plurianual do Município de Itaporanga-PB, para o Período de 2018 a 2021, e dá outras providências

Pois bem, conforme se observa, o Poder Executivo Municipal possui legitimidade para a propositura da matéria em apreciação conforme o IV do Art. 109 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como, os I e V do Art. 7º da Lei Orgânica do Município.

Urge salientar que a Comissão de Finanças e Orçamento é competente para emitir parecer referente a todos os assuntos de caráter financeiro, consoante o art. 38 do Regimento Interno da Casa Legislativa. Esta





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

comissão verificou que o referido projeto vela pela viabilidade econômica e financeira do Município, atendendo às devidas prioridades.

Assim, tratando-se deste assunto, com as determinações da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Casa, verificamos o devido amparo legal para o regular trâmite da propositura em análise.

A Comissão de Justiça e Redação (CJR) e a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), opinaram pela aprovação do projeto em análise, haja vista sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica-legislativa.

É o Parecer destas Comissões, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Itaporanga/PB, em 01º de outubro de 2019.

**Romildo Rodrigues de Lima**  
Vereador Presidente da CFO

**Izabelle Brasilino Mendes de S. M.**  
Vereadora Relatora da CFO

**Judivan Custódio da Silva**  
Vereador Presidente da CJR

**Silvertton Soares dos Santos**  
Vereador Relator da CJR e Membro da CFO

**Hélio Rodrigues**  
Vereador Membro CJR

**Marily Miguel Porcino**  
OAB/PB 19.159  
Assessora Jurídica



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR)  
E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO) AO PROJETO AO PROJETO DE  
LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 28/2019.**

**Parecer ao Projeto de Lei Orçamentária nº 28/2019 –  
Que Estima a Receita e Fixa a Despesa do  
Município de Itaporanga-PB, para o Exercício de  
2020, e Dá Outras Providências.**

**I – Relatório**

Propositura do Poder Executivo Municipal, submete-se a apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Itaporanga, o Projeto de Lei Orçamentária nº 28/2019, o qual Estima a Receita e Fixa a Despesa do município de Itaporanga-PB, para o Exercício de 2020, e dá outras providências.

**II – Parecer das Comissões**

Trata-se de Projeto de Lei Orçamentária nº 28/2019, o qual Estima a Receita e Fixa a Despesa do município de Itaporanga-PB, para o Exercício de 2020, e dá outras providências.

Pois bem, conforme se observa, o Poder Executivo Municipal possui legitimidade para a propositura da matéria em apreciação conforme o IV do Art. 109 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como, o V do Art. 7º da Lei Orgânica do Município.

Urge salientar que a Comissão de Finanças e Orçamento é competente para emitir parecer referente a todos os assuntos de caráter financeiro, consoante o art. 38 do Regimento Interno da Casa Legislativa. Esta comissão verificou que o referido projeto vela pela viabilidade econômica e financeira do Município, atendendo às devidas prioridades.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

Assim, tratando-se deste assunto, com as determinações da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Casa, verificamos o devido amparo legal para o regular trâmite da propositura em análise.

A Comissão de Justiça e Redação (CJR) e a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), opinaram pela aprovação do projeto em análise, haja vista sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica-legislativa.

É o Parecer destas Comissões, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Itaporanga/PB, em 01º de outubro de 2019.

**Romildo Rodrigues de Lima**  
Vereador Presidente da CFO

**Izabelle Brasilino Mendes de S. M.**  
Vereadora Membro da CFO

**Judivan Custódio da Silva**  
Vereador Presidente da CJR

**Silvertton Soares dos Santos**  
Vereador Relator da CJR e na CFO

**Hélio Rodrigues**  
Vereador Membro CJR

**Marly Miguel Porcino**  
OAB/PB 19.159  
Assessora Jurídica